



Estratégia
Carreira Jurídica

3° SIMULADO

JUIZ TJ PR

3º Simulado Especial

3º Simulado Juiz TJPR

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJPR;
- 2 - A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 - Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 - Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 - O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-PR-Juiz-12-09>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 61 - (A) (B) (C) (D) | 81 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 62 - (A) (B) (C) (D) | 82 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 63 - (A) (B) (C) (D) | 83 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 64 - (A) (B) (C) (D) | 84 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 65 - (A) (B) (C) (D) | 85 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 66 - (A) (B) (C) (D) | 86 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 67 - (A) (B) (C) (D) | 87 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 68 - (A) (B) (C) (D) | 88 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) | 69 - (A) (B) (C) (D) | 89 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) | 70 - (A) (B) (C) (D) | 90 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) | 71 - (A) (B) (C) (D) | 91 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) | 72 - (A) (B) (C) (D) | 92 - (A) (B) (C) (D) |
| 13 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) | 73 - (A) (B) (C) (D) | 93 - (A) (B) (C) (D) |
| 14 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) | 74 - (A) (B) (C) (D) | 94 - (A) (B) (C) (D) |
| 15 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) | 75 - (A) (B) (C) (D) | 95 - (A) (B) (C) (D) |
| 16 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) | 76 - (A) (B) (C) (D) | 96 - (A) (B) (C) (D) |
| 17 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) | 77 - (A) (B) (C) (D) | 97 - (A) (B) (C) (D) |
| 18 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) | 78 - (A) (B) (C) (D) | 98 - (A) (B) (C) (D) |
| 19 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) | 79 - (A) (B) (C) (D) | 99 - (A) (B) (C) (D) |
| 20 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) | 80 - (A) (B) (C) (D) | 100 - (A) (B) (C) (D) |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é correto afirmar que ao decretar a invalidação de um ato, a autoridade administrativa:

- a) deve fundamentar a decisão sem necessariamente indicar, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão.
- b) pode fundamentar a decisão de forma resumida, desde que indique os fundamentos legal.
- c) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências jurídicas e administrativas da decisão.
- d) deve fundamentar a decisão indicando, de forma expressa, as consequências administrativas da decisão.

02. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio.
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia.
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva.
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil.

03. José firmou contrato de compra e venda de uma prensa térmica com a empresa “Camisas e Fotos”, tendo parcelado o pagamento em cinco anos. A máquina serviria personalizar camisas para venda, tudo com o exclusivo intuito de gerar renda familiar, já que antes não existia. Em razão da importância da máquina, José deu em garantia o seu único bem: o imóvel em que morava com a família.

Passado um tempo do início da produção das camisas, o negócio não evoluiu como planejado e José não teve condição de adimplir o contrato. Em razão do inadimplemento, a empresa “Camisas e Fotos” ajuizou execução do valor e, não sendo possível encontrar outros bens, requereu que fosse utilizada a garantia para o adimplemento.

Quanto a essa situação e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) o bem de família é impenhorável em qualquer situação.
- b) o bem de família indicado é impenhorável, sendo nula a cláusula de garantia do contrato.
- c) é possível que o bem sofra os efeitos da execução, já que não se aplicará a impenhorabilidade ao caso.
- d) a impenhorabilidade somente será afastada se a garantia feita constar no registro do imóvel.

04. Em relação à cláusula de retrovenda, é correto afirmar que:

- a) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de cinco anos.
- b) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de prescrição de cinco anos.
- c) o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de prescrição de três anos.
- d) o direito de retrato é cessível e transmissível a herdeiros e legatários.

05. A declaração de vontade expressa em documento autêntico em que a pessoa estabelece disposições sobre o tipo de tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar a sua vontade é chamado de:

- a) testamento cerrado.
- b) testamento particular.
- c) testamento vital.
- d) testamento especial.

06. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é, conforme o Superior Tribunal de Justiça, de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais.
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público.
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica.
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública.

07. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso.
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso.
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas.
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002.

08. No contrato de venda com cláusula de reserva de domínio, a referida cláusula será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros.
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.

09. Em relação ao condomínio em multipropriedade, é correto afirmar que:

- a) multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de espaço.
- b) o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não se sujeitando a ação de divisão ou de extinção de condomínio.
- c) o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não incluindo as instalações, os equipamentos e o mobiliário destinados a seu uso e gozo.
- d) a faculdade de uso e gozo será referente apenas à respectiva parte ideal do imóvel.

10. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) as energias que tenham valor econômico.
- d) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Eduardo Calvert

11. Segundo o artigo 492 do Código de Processo Civil: “É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”. Este artigo está diretamente relacionado:

- a) Ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- b) Ao princípio da congruência.
- c) Ao princípio dispositivo.
- d) Ao princípio da inércia da jurisdição.

12. Analise as seguintes afirmações acerca das normas fundamentais do processo civil:

I. A regra segundo a qual não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida admite exceções, hipóteses em que o contraditório deve ser postecipado, ou seja, exercido após a emanção do provimento jurisdicional.

II. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.

III. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

Estão corretas as afirmações contidas:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens II e III.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

13. Ao realizar diligências para citação de réu em determinado processo, o oficial de justiça procurou o réu por duas vezes em seu domicílio, mas não o encontrou, havendo suspeita de ocultação em razão da certeza acerca da residência do réu no local e do comportamento dos seus familiares que receberam o oficial de justiça. Nesta hipótese:

- a) O oficial de justiça não devolverá o mandado e solicitará ao juiz autorização para a realização da citação por hora certa.
- b) O oficial de justiça procederá à citação por hora certa, independentemente de autorização judicial. Deverá intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- c) O oficial de justiça procederá à citação por hora certa, independentemente de autorização judicial. Deverá intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, nos 3 (três) dias úteis imediatos, voltará a fim de efetuar a citação.
- d) O oficial de justiça procederá à citação por hora certa unicamente se requerido pela parte e autorizado pelo juiz.

14. Segundo o artigo 1.013 do Código de Processo Civil, *caput* e § 1º: “A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada”; “serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado”. Estes dispositivos dizem respeito, respectivamente:

- a) Ao efeito translativo e ao efeito devolutivo dos recursos.
- b) Ao efeito devolutivo e ao efeito expansivo dos recursos.
- c) Ao efeito devolutivo dos recursos, quanto à extensão e à profundidade.
- d) Ao efeito substitutivo dos recursos, quanto à profundidade e à extensão.

15. Sobre intervenção de terceiros e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na denunciação da lide, se o denunciante for vencedor na demanda principal, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.
- b) O chamamento ao processo pode ser promovido contra aquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- c) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, o incidente será resolvido por sentença, sujeita a recurso de apelação.
- d) Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*, os quais não compreendem a interposição de recursos em qualquer hipótese.

16. Analise as seguintes afirmações sobre o procedimento comum:

I. Não é possível a cumulação de pedidos quando para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento.

II. Até a citação, o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; após a citação e até o fim da fase probatória, o autor somente poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir com consentimento do réu.

III. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles houver conexão.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas no item III.
- d) Em nenhum item.

17. Federico propôs demanda contra Eriberto, pretendendo a condenação deste último ao pagamento de valores previstos em instrumento contratual a título de preço pela prestação de serviços. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Não havendo foro de eleição, a demanda deve ser proposta no foro de domicílio do autor, uma vez que o domicílio do credor, em regra, é o local onde a obrigação deve ser satisfeita.
- b) Havendo foro de eleição, a demanda deve ser proposta no foro eleito pelas partes. O juiz somente pode conhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro em se tratando de contrato de adesão.
- c) Havendo foro de eleição e não tendo sido reconhecida a abusividade de ofício pelo juiz, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.
- d) Caso o contrato esteja assinado por duas testemunhas e preveja o pagamento de obrigação certa e líquida, o juiz deverá determinar a emenda da petição inicial, para que o autor altere o tipo de procedimento para execução de título extrajudicial,

pois Federico carece de interesse processual para a ação de conhecimento.

18. Sobre a ação monitória, sua disciplina pelo Código de Processo Civil e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é trienal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.
- b) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.
- c) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro, não sendo adequada para a exigência de obrigação de fazer ou de não fazer.
- d) Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

19. Analise as seguintes afirmações sobre as matérias que podem ser alegadas em defesa:

- I. O juiz pode conhecer de ofício a incompetência absoluta e a inexistência ou a nulidade de citação, mas não pode conhecer de ofício a convenção de arbitragem ou a incorreção do valor da causa.
- II. O juiz pode conhecer de ofício a existência de litispendência, que ocorre quando se reproduz ação anteriormente ajuizada e que ainda está em curso. A litispendência ocorre quando as ações possuem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- III. Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado. Os efeitos da coisa julgada se limitam à questão principal expressamente decidida na decisão que julgar o mérito, abrangendo os motivos para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

Está correto o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.

- c) Apenas no item III.
- d) Em nenhum item.

20. Maria Rita propôs demanda contra Renato pretendendo a declaração da paternidade deste em relação à autora e a condenação do réu ao pagamento de alimentos. Diante desta situação, assinale a alternativa correta:

- a) Maria Rita poderá optar por cumprir eventual sentença condenatória no juízo de atual domicílio de Renato.
- b) Caso a autora seja absolutamente incapaz, a demanda deve ser proposta no foro de sua residência ou seu domicílio.
- c) Trata-se de hipótese de cumulação imprópria de pedidos, na modalidade sucessiva.
- d) O valor da causa deverá compreender, nesta hipótese, as prestações vencidas e vincendas. O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

21. Com base na disciplina do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir.

I A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas constitui um direito básico do consumidor.

II Os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos fins sociais, exigências do bem comum, analogia, costumes e equidade.

III A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações

de consumo, atendidos o princípio da manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

22. À luz da jurisprudência pátria, julgue os itens.

I Na avaliação do risco de crédito, devem ser respeitados os limites estabelecidos pelo sistema de proteção do consumidor no sentido da tutela da privacidade e da máxima transparência nas relações negociais, conforme previsão do Código de Defesa do Consumidor.

II A constatação de defeito em veículo zero-quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização da concessionária e do fabricante, subsidiariamente.

III A agência de turismo que comercializa pacotes de viagens responde solidariamente pelos defeitos na prestação dos serviços que integram o pacote, conforme as regras que disciplinam a responsabilidade por fato do serviço.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

23. Marta e Mauro estavam cotando passagens para sua viagem de lua de mel quando verificaram no site da empresa de turismo Viajebem.com que duas passagens aéreas, de ida e volta, de São Paulo para Paris custariam cerca de R\$ 1 mil. Eles tentaram efetuar a compra, fazendo uma reserva no site. Quarenta e oito horas depois, contudo, eles receberam um e-mail da empresa explicando que houve uma falha, cancelando a reserva. A cobrança não chegou a ser feita no momento da reserva, motivo pelo qual não houve necessidade da empresa estornar o valor. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) houve falha na prestação de serviços por parte da empresa, sendo possível sua condenação à obrigação de fazer relativa à emissão de passagens aéreas nos mesmos termos e valores previamente disponibilizados, sem prejuízo de eventual perdas e danos.
- b) constatado inegável erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços, não há como se admitir que houve falha na prestação de serviços por parte da empresa de turismo.
- c) a legislação consumerista tem sua razão de ser na proteção ilimitada do consumidor, reconhecida na sua vulnerabilidade, bem como na promoção da harmonia e equilíbrio das relações de consumo.
- d) segundo o princípio da vinculação da oferta, a oferta possui caráter vinculante, surgindo uma obrigação pré-venda, no qual deve o fornecedor se comprometer a cumprir o que foi ofertado, devendo a empresa realizar a viagem nos exatos termos do ofertado, independente de erro.

24. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade:

- a) quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, ou má administração, segundo Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica.
- b) quando houver confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, segundo Teoria Maior da desconsideração da personalidade jurídica.

- c) quando houver expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, segundo Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica.
- d) sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, segundo Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica.

25. Acerca da proteção contratual estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) As cláusulas contratuais serão interpretadas conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- b) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, mas não ensejam execução específica.
- c) Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, no prazo de 7 dias, monetariamente atualizados.
- d) O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. A Constituição Federal reconhece a família como base da sociedade e, por isso, legitimada à especial proteção do Estado. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Quando da busca de sua identidade genética, o sujeito deve comprovar a inexistência de confronto entre a paternidade de cunho biológico com outra, de cunho afetivo.
- b) Em respeito ao direito de crianças e adolescentes acessarem à justiça e gozarem de proteção integral, não há qualquer óbice ao exame físico realizado por legista, homem ou mulher, em crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência.
- c) O Ministério Público não detém legitimidade, ainda que provocado pelo interessado, para intentar a ação de investigação de paternidade.
- d) A paternidade socioafetiva não impede o reconhecimento da paternidade biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

27. Com base na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta:

- a) O Sinase é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios voltados à execução das medidas socioeducativas e, por adesão, estão incluídos os sistemas estaduais, distrital e municipais, além de todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.
- b) As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam dois objetivos: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, bem como a sua integração social e garantia de direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do plano individual de atendimento.
- c) Considera-se entidade de atendimento a pessoa jurídica exclusivamente direito privado que instala e mantém a unidade, os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento dos programas de atendimento.

d) O programa de atendimento refere-se à organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessária para o cumprimento das medidas socioeducativas de crianças e adolescentes.

28. Assinale a alternativa em conformidade com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência do juiz ou do conselheiro tutelar.
- b) Dispensa-se a oitiva do menor infrator quando da regressão da medida socioeducativa.
- c) Os alimentos são devidos a partir da citação quando julgada procedente a investigação de paternidade.
- d) A recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris et de jure* de paternidade.

29. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família e, por isso, os programas serão classificados como apropriados ou não, de acordo com a faixa etária. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto da Criança e do Adolescente tipifica como crime a conduta de transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo sem aviso de sua classificação.
- b) Embora a Constituição Federal assegure a liberdade de expressão, que engloba a liberdade de programação, esta poderá ser restringida de modo que a emissora de televisão está obrigada a veicular programa somente em horário autorizado pelo Poder Público.
- c) Em razão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as emissoras de rádio e televisão estão desobrigadas de informar a classificação indicativa do conteúdo a ser veiculado.
- d) Em tese, é possível a condenação da emissora de televisão ao pagamento de indenização por danos morais coletivos quando, ao exibir determinada programação fora do horário recomendado,

verificar-se uma conduta que afronte gravemente os valores e interesses coletivos fundamentais.

30. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sobre referido órgão, pode-se afirmar:

- a) O Conselho Tutelar será composto por até cinco membros.
- b) O Conselho Tutelar é órgão da administração pública local e seus conselheiros serão escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, sendo permitida a recondução por novos processos de escolha.
- c) Os conselheiros tutelares gozam de todos os direitos trabalhistas e previdenciários previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros deverão constar de previsão na lei orçamentária estadual.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. Sobre o livramento condicional, é correto assinalar:

- a) São requisitos do livramento condicional o bom comportamento durante a execução da pena; que o sentenciado não tenha cometido falta grave; o bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e a aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto;
- b) O réu reincidente em crime doloso deve cumprir mais da metade da pena para obter o livramento condicional, além de outros requisitos.
- c) Trata-se de hipótese de revogação facultativa a revogação do livramento condicional, se o liberado vem a ser condenado a pena privativa de liberdade, em sentença irrecorrível, por crime doloso cometido durante a vigência do benefício.
- d) Se o condenado tiver várias penas, o cálculo do livramento condicional considerará cada uma delas.

32. Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) Não se cogita de prescrição em atos infracionais.
- b) Segundo o STF, o acórdão que confirma a sentença penal condenatória não interrompe o prazo prescricional.
- c) A prescrição não corre enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.
- d) Os embargos de declaração ou recursos aos Tribunais superiores, quando admissíveis, interrompem a prescrição.

33. Segundo entendimento dos tribunais superiores, está correta a seguinte assertiva:

- a) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- b) A ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova não enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.
- c) O preso que serra as grades da cela para empreender fuga comete o crime de dano qualificado.
- d) O falso não é absorvido pelo estelionato, considerando que a pena privativa de liberdade do primeiro é maior do que a do último.

34. Sobre o crime de homicídio, assinale a alternativa correta:

- a) Configura-se o homicídio privilegiado (art. 121, §1º, do Código Penal) quando o agente comete o crime mediante influência de violenta emoção.
- b) Após uma grave discussão, um filho mata o seu próprio pai. Desta forma, o acusado praticará o crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe.
- c) A vingança pode ou não configurar a qualificadora do motivo torpe, a depender do motivo que a originou.
- d) O crime praticado contra criança qualifica o homicídio.

35. João, previamente ajustado com um terceiro não identificado, adentrou em uma residência para praticar um roubo. Havia no local a vítima Pedro, que não reagiu. Na circunstância, foram subtraídos dois aparelhos celulares que estavam no local, ambos de propriedade de Pedro. Sendo assim, João responderá pela prática de:

- a) um crime de roubo próprio circunstanciado;
- b) dois crimes de roubo próprio, ambos circunstanciados;
- c) um crime de roubo próprio na forma simples;
- d) dois crimes de roubo próprio, na forma simples.

36. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a assertiva correta:

- a) O crime de estupro de vulnerável não pode ser praticado com uma omissão.
- b) O crime de estupro não admite o resultado agravador a título de culpa, razão pela qual a qualificadora prevista tipo penal do art. 213, §2º (resultado morte) só incidirá quando houver dolo.
- c) O crime de assédio sexual (art. 216-A, do Código Penal) não tem o homem como sujeito passivo.
- d) O crime de registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B) é processado mediante ação penal pública incondicionada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

37. A respeito das provas, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz poderá colher, de ofício ou a pedido das partes, o depoimento antecipado de testemunha que, por velhice ou doença, possa vir a falecer antes de realizada a instrução criminal.
- b) O exercício do direito ao silêncio não gera presunção de culpabilidade para o acusado, mas pode ser interpretado em seu prejuízo, a depender do caso.
- c) A prova pericial, pelo seu conteúdo técnico-científico, prevalece sobre as demais provas apresentadas no âmbito da ação penal.

d) A confissão extrajudicial, na condição de elemento informativo construído sem contraditório e ampla defesa, não é admitida como meio de prova e não pode ser considerada no contexto probatório.

38. Considerando a sentença penal, assinale a opção correta.

- a) A sentença deverá conter a exposição completa e detalhada dos fundamentos apresentados pela acusação e pela defesa.
- b) O juiz, modificando a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) O réu deverá ser absolvido quando não existir prova de ter concorrido para a infração penal. Na sentença, o juiz deverá mandar colocá-lo em liberdade.
- d) O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, não será considerado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.

39. Assinale a opção correta, acerca de recursos no processo penal.

- a) O termo inicial para a contagem do prazo recursal pelo Ministério Público é a data de prolação da sentença em audiência, quando o promotor se encontra presente.
- b) É cabível recurso em sentido estrito contra decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de litispendência.
- c) O Ministério Público pode desistir do recurso interposto, desde que haja concordância expressa da vítima.
- d) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária cabe apelação.

40. Acerca de prisão e de medidas cautelares, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

- a) O descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar é causa suficiente para a decretação de prisão preventiva.
- b) A decretação de prisão preventiva fundada na garantia da ordem pública não depende da prévia análise do cabimento das medidas cautelares diversas da prisão previstas no CPP.
- c) A fuga do acusado do distrito da culpa é fundamentação suficiente para a manutenção da prisão preventiva ordenada pelo juiz no intuito de garantir a futura aplicação da lei penal.
- d) De acordo com o STJ, a decisão sobre o pedido de prisão preventiva formulado durante audiência independe da oitiva da defesa, por se tratar de medida cautelar.

41. Em relação aos procedimentos relativos aos processos de competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- a) O pedido de desaforamento jamais será cabível caso já tenha sido realizado um primeiro julgamento anulado.
- b) Em razão do efeito devolutivo amplo, o julgamento pelo tribunal não se restringe aos fundamentos invocados no apelo interposto contra decisão do tribunal do júri.
- c) A inércia da defesa constituída para apresentar alegações finais, quando devidamente intimada, acarreta nulidade processual. Necessariamente o juiz deve nomear defensor para suprir a omissão.
- d) Somente é possível a exclusão de qualificadoras na decisão de pronúncia se estiver caracterizada sua manifesta inaplicabilidade.

42. Assinale a opção correta acerca da ação penal.

- a) De acordo com o STJ, a omissão de poderes especiais na procuração outorgada pelo querelante poderá ser sanada a qualquer tempo no caso de ação penal privada.
- b) No caso de crime praticado contra a honra de servidor público no exercício de suas funções, a

vítima tem legitimação subsidiária à do Ministério Público para ajuizar ação penal.

- c) Segundo entendimento dos tribunais superiores, não se aceita a vestibular acusatória nos crimes societários que não descreva a conduta individualizada de cada sócio, mesmo que o liame entre os agentes e as condutas estejam descritos e viabilize defesa.
- d) No procedimento por crime funcional, em caso de ilícito afiançável ou inafiançável, o réu será notificado para apresentar defesa preliminar por escrito no prazo de quinze dias.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

43. O juiz, ao aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos para os delitos de trânsito, deverá estipular a prestação de serviços à comunidade em:

- a) Órgãos de Trânsito para tarefas de cunho administrativo.
- b) Estradas de rodagem para tornar o trânsito mais seguro.
- c) Hospitais que recebem vítimas de trânsito.
- d) Sinalização de trânsito.

44. Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas):

- a) a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.
- b) o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.
- c) o tráfico internacional configura tipo autônomo, enquanto o tráfico interestadual é majorante.
- d) o crime de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, encontra tipicidade no art. 28 da Lei de Drogas.

45. No tocante à progressão de regime, qual das frações abaixo continua presente na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84):

- a) 1/6 (um sexto).
- b) 3/5 (três quintos).
- c) 1/8 (um oitavo).
- d) 2/5 (dois quintos).

46. Aponte a alternativa CORRETA a respeito do afastamento do agressor do lar conjugal verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha:

- a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida, após apresentar a *notitia criminis* para a autoridade policial.
- b) qualquer policial poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.
- c) qualquer delegado poderá decidir a respeito mesmo que exista juiz na Comarca.
- d) o juiz sempre será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Jean Vilbert

47. Quanto aos filósofos cujas teorias têm franca importância para o direito contemporâneo, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para Robert Alexy, a justiça é um julgamento subjetivo de valor, uma tendência ideológica de dar aparência de justiça ao direito positivo.
- b) Para Gustav Radbruch, o direito injusto não é direito.
- c) Em sua obra, "Cinco Minutos de Filosofia do Direito", Ronald Dworkin assevera que o problema do direito em viés científico é de técnica social, não moral.
- d) Para Hans Kelsen, a justiça faz parte do direito quando tomada legalidade.

48. Quanto às características do Poder Constituinte Originário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É permanente, isto é, não se esgota com o seu exercício.
- b) É inicial, pelo que não está sujeito a nenhum requisito formal ou material.
- c) É autônomo, de modo que dá início à criação do ordenamento jurídico, não havendo poder anterior ou superior a ele.
- d) É incondicionado, não estando vinculado a qualquer limitação material anterior.

49. A Constituição de 1988 pode ser classificada como:

- a) Ortodoxa.
- b) Autoconstituição.
- c) Garantia.
- d) Semirrígida.

50. Sobre o direito de propriedade é CORRETO afirmar:

- a) Tem-se como requisito básico para o atendimento à função social da propriedade rural a exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores, não estando no texto constitucional o favorecimento dos proprietários.
- b) A observância normas trabalhistas é prevista na Constituição como requisito ao atendimento da função social da propriedade urbana.
- c) Ainda que a desaparição por função social seja normalmente norma afeta ao âmbito da União, é possível a desapropriação, pelo Município, no caso de solo urbano não edificado ou subutilizado.
- d) Havendo desapropriação para fins de reforma agrária, haverá indenização com títulos da dívida pública com prazo de resgate de até 10 anos.

51. Quanto aos efeitos no controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O STF não adota a transcendência dos motivos determinantes.
- b) Declarada inconstitucional uma Lei pelo STF, nada impede o Legislativo de criar outra lei com idêntico teor.
- c) As decisões do STF contêm implicitamente a cláusula rebus sic stantibus, podendo ser alteradas, até mesmo pelos mesmos ministros.
- d) Efeitos erga omnes e vinculantes apesar de não serem sinônimos, possuem consequências idênticas.

52. No que se refere ao objeto das ações de controle de constitucionalidade, indique a alternativa CORRETA:

- a) Para fins de ADPF ou ADC, serve como objeto lei, ato normativo ou qualquer ato do poder público.
- b) Decisões judiciais NÃO podem ser questionadas via ADI ou ADC, mas é possível fazê-lo via ADPF.
- c) Resolução do TSE, em qualquer caso, como não é ato normativo primário, não pode ser impugnada meio de ADI.
- d) Ato infralegais não podem ser questionados via ADI, devendo sempre passar por controle difuso.

53. No que se refere ao Procedimento Legislativo (CF, art. 59 e ss), marque a opção CORRETA:

- a) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados, ao passo que as leis de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores iniciarão no Senado.
- b) O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa em tramitação no Congresso, caso em que, em qualquer situação, as Casas terão, cada qual sucessivamente, quarenta e cinco dias para se manifestarem sobre a proposição, sob pena de trancamento de pauta.

c) Os projetos de lei aprovados por uma Casa serão revistos pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar com ou sem emenda, ou arquivado, se o rejeitar.

d) Os projetos de emenda à constituição não são enviados à sanção ou veto, sendo desde logo, se aprovados, promulgados pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

54. Sobre o Conselho Nacional de Justiça:

- a) O CNJ não pode decidir questões que estejam submetidas à análise judicial.
- b) O CNJ tem competência para fazer o controle dos atos administrativos de todos os tribunais, isto é, da integralidade da estrutura de justiça do Brasil.
- c) A ausência do Procurador Geral da República ou do presidente do Conselho Federal da OAB à sessão do CNJ é causa de nulidade da sessão e dos atos nela praticados.
- d) Cabe ao CNJ o controle da atuação administrativa, judicial e financeira do Poder Judiciário. **GABARITO:**

55. Sobre a federação e a confederação, anote a alternativa CORRETA:

- a) Tanto a federação quanto a confederação podem ser criadas por tratado internacional.
- b) Na federação estados-membros possuem soberania.
- c) A confederação admite a secessão.
- d) A federação é especialmente voltada a assuntos externos.

56. Segundo a doutrina sobre as normas constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Maria Helena Diniz refere à existência de normas constitucionais de eficácia relativa complementável e relativa restringível.
- b) José Afonso da Silva utiliza as denominações normas de eficácia plena, limitada e contida.
- c) Michel Temer classifica as normas de eficácia contida em realizável ou irrealizável, sendo as últimas dotadas desprovidas de eficácia negativa.
- d) Maria Helena Diniz diferencia normas de eficácia absoluta ou superfíccias para assentar as normas imunes ao poder de reforma.

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

57. Sobre as convenções partidárias, é incorreto afirmar que:

- a) Em virtude da autonomia partidária, a convenção partidária de nível inferior pode deliberar sobre formação de coligações contrariando diretriz legitimamente estabelecida pelo órgão de direção nacional do partido
- b) Para a realização das convenções, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento
- c) Deve ser lavrada a respectiva ata da Convenção em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação
- d) A ata da convenção e a lista dos presentes serão digitadas no Módulo Externo do Sistema de Candidaturas (CANDex), para: - serem publicadas no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, na página de Divulgação de Candidaturas e de Prestação de Contas Eleitorais

58. Acerca do registro de candidatura, é correto afirmar que:

- a) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, podendo ser feito pela agremiação

partidária ou, em qualquer hipótese, diretamente pelo próprio candidato.

b) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito pela agremiação partidária, não sendo possível, em nenhuma hipótese, ser feito diretamente pelo próprio candidato.

c) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações no CANDex, disponível nos sítios eletrônicos dos tribunais eleitorais

d) É o ato que formaliza o pedido de registro do candidato, devendo ser feito nos juízos eleitorais para os cargos de prefeito e vice-prefeito, mediante pedido apresentado pelos partidos e coligações diretamente no cartório do juízo eleitoral

59. Sobre o financiamento de campanha eleitorais, é incorreto afirmar que:

a) Os recursos destinados às campanhas eleitorais, respeitados os limites previstos, somente são admitidos quando provenientes de recursos próprios dos candidatos, doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas, doações de outros partidos políticos e de outros candidatos, comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pelo partido político e recursos próprios dos partidos políticos, inclusive os relativos ao fundo partidário e ao fundo eleitoral, e rendimentos gerados pela aplicação de suas disponibilidades.

b) Os rendimentos financeiros e os recursos obtidos com a alienação de bens têm a mesma natureza dos recursos investidos ou utilizados para sua aquisição e devem ser creditados na conta bancária na qual os recursos financeiros foram aplicados ou utilizados para aquisição do bem.

c) Não é admitida a utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo bancário.

d) Pessoas jurídicas não são admitidas a financiar as campanhas eleitorais

60. Sobre a propaganda eleitoral antecipada, é correto afirmar:

- a) Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos.
- b) É vedada a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos.
- c) É permitida a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social
- d) Configura propaganda eleitoral antecipada a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais, ainda que não haja pedido explícito de voto

61. Acerca da propaganda no dia da eleição, é incorreto afirmar que:

- a) É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos
- b) Constitui crime, no dia do pleito, até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda referidos no caput, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- c) Constituem crimes, no dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreatas, a arregimentação de eleitor ou a propaganda de boca de urna, a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos e publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o art. 57-B da Lei 9.504/1997, podendo ser mantidos em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.
- d) Aos fiscais partidários, nos trabalhos de votação, só é permitido que, em seus crachás, constem o

nome e a sigla do partido político ou coligação a que sirvam, vedada a padronização do vestuário.

62. Sobre a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) No ano em que se realizar eleição, fica proibida integralmente a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública.
- b) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto apenas nos casos de calamidade pública ou de estado de emergência.
- c) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.
- d) Nos anos eleitorais, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

JUIZADOS ESPECIAIS

Rodrigo Vaslin / Ivan Marques

63. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É possível tramitar ação de alimentos nos Juizados Especiais Cíveis, desde que o valor de doze meses da pensão pleiteada não exceda quarenta vezes o salário mínimo.
- b) É competente, para as causas previstas na Lei nº 9.099/1995, o Juizado do foro do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.
- c) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ílquida, ainda que genérico o pedido.
- d) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida nesta Lei.

64. No que se refere aos juizados da fazenda pública, assinale a alternativa correta:

- a) Nas causas submetidas ao juizado, há reexame necessário.
- b) O recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 salários mínimos.
- d) Haverá prazo diferenciado para a prática de atos processuais pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

65. Sobre a transação penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não cumprido o acordo homologado, que faz coisa julgada material, deverá o Ministério Público executá-lo na Vara das Execuções Criminais.
- b) Na ausência de proposta do Ministério Público, poderá o juiz criminal fazê-lo, pois se trata de direito público subjetivo do agente.
- c) No crime de lesão corporal leve decorrente de violência doméstica contra a mulher, não poderá o Ministério Público oferecer a proposta.
- d) No crime de lesão corporal leve, a homologação do acordo de composição civil dos danos não impede a posterior transação penal.

66. Assinale a alternativa CORRETA sobre as disposições normativas da Lei 9.099/95:

- a) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- b) Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- c) A homologação da composição dos danos civis não impede o exercício do duplo grau de jurisdição por quem se sentiu prejudicado com o acordo.
- d) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO
JUDICIÁRIAS DO PARANÁ**

Tiago Zanolla

67. Acerca da magistratura de primeiro grau, julgue os itens a seguir de acordo com o disposto na Lei n.º 14.277/2003.

- a) São Juízes Substitutos os de início de carreira, para substituição nas entrâncias inicial e intermediária com sede na comarca que encabeçar a respectiva seção, nomeados mediante remoção.
- b) São Juízes de Direito Substitutos de primeiro grau os de entrância final, quando não titulares de varas, para substituição nas comarcas dessa categoria sediadas na Região Metropolitana de Curitiba, na Região Metropolitana de Londrina, na Região Metropolitana de Maringá, em Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Umuarama, promovidos entre os de entrância intermediária ou removidos de uma para outra das comarcas de entrância final.
- c) São Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau os classificados na entrância final, com preenchimento do cargo mediante promoção, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e de merecimento
- d) Os Juízes de Direito Substitutos em Segundo Grau, durante a substituição, terão a mesma competência dos membros do Tribunal de Justiça, inclusive em matéria administrativa, ficando vinculados aos feitos em que tenham lançado visto como relator ou revisor, e, ainda, se tiverem solicitado vista ou proferido voto, hipótese em que continuarão o julgamento

68. Segundo a Lei n.º 14.277/2003, nas Comarcas e Foros de entrância final, a Direção do Fórum será exercida

- a) qualquer um dos Juízes da Comarca, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo prazo máximo de dois anos.
- b) um dos Juízes Titulares designado pelo Tribunal Pleno, pelo prazo máximo de dois anos.
- c) um dos Juízes Titulares designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo prazo máximo de dois anos.

d) qualquer um dos Juízes da Comarca, designado pelo Órgão Especial, pelo prazo máximo de dois anos.

69. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, petições e documentos cuja juntada seja exigida em audiência serão inseridas no processo eletrônico ao tempo de sua abertura. O laudo pericial, por sua vez, deverá ser protocolado, ao menos

- a) 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- b) 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- c) 5 (cinco) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- d) 24 horas antes da audiência de instrução e julgamento.

70. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, os mandados serão expedidos eletronicamente, em formato padrão constante dos Sistemas Informatizados do Tribunal de Justiça, e distribuídos

- a) em até 48 horas após o recebimento, na Secretaria, do ato que os ordenou.
- b) em até 72 horas após o recebimento, na Secretaria, do ato que os ordenou.
- c) em até 96 horas após o recebimento, na Secretaria, do ato que os ordenou.
- d) em até 24 horas após o recebimento, na Secretaria, do ato que os ordenou.

71. Segundo o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, ao assumir a Unidade Judiciária, o Magistrado deverá remeter relatório à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio de Sistema Informatizado, no prazo de a) em até 48 horas após o recebimento, na Secretaria, do ato que os ordenou.

- a) 48 horas
- b) 3 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

72. No tocante às sociedades empresárias, assinale a alternativa correta.

- a) Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder total ou parcialmente suas quotas a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de 1/4 do capital social.
- b) Nas sociedades limitadas, o capital social pode ser dividido em quotas iguais ou desiguais, pode ser formado por bens corpóreos ou incorpóreos, bem como serviços.
- c) Para a alteração do contrato social de uma sociedade limitada, a lei determina que as deliberações sejam tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital do social.
- d) O administrador da sociedade limitada pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado, sendo que uma das consequências dessa distinção é que o administrador nomeado em contrato deve ser sócio.

73. Na alienação ordinária de bens ocorrida no processo falimentar, observa-se que

- a) o sócio da sociedade falida pode arrematar bens no processo falimentar, e referidos bens estarão livres de quaisquer ônus, não ocorrendo sucessão tributária e trabalhista.
- b) a presença do “parquet” é dispensável em qualquer modalidade de venda de bens na falência.
- c) empregados do devedor contratados pelo arrematante serão admitidos mediante novos contratos de trabalho, e o arrematante não responde por obrigações decorrentes do contrato anterior.
- d) o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes do trabalho.

74. À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca do direito de empresa, assinale a opção correta a respeito de empresário e de sociedade empresarial.

- a) Empresários são tanto aqueles que exercem atividade econômica organizada quanto aqueles que exercem profissões intelectuais, científicas, literárias ou artísticas, ainda que estas atividades não constituam elementos da empresa.
- b) Pessoa que exercer atividade própria de empresário, apesar de legalmente impedida, não responderá pelas obrigações contraídas ao longo do exercício empresarial.
- c) Sócio que se tornar incapaz poderá, nessa condição, dar continuidade à empresa antes administrada por ele enquanto capaz, desde que seja representado ou assistido por seu tutor ou curador, independentemente de autorização judicial.
- d) Em regra, o empresário individual casado sob qualquer regime matrimonial dependerá de outorga conjugal para alienar imóveis que integrem o patrimônio da empresa.

75. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.
- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.
- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.
- d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

76. Em relação à sociedade limitada, assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

77. À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Nome Empresarial.

- a) O nome empresarial do Empresário Individual deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial do Empresário Individual.
- c) A EIRELI deve utilizar denominação seguida da expressão EIRELI ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.
- d) O Nome empresarial da EIRELI deve ser composto pela expressão limitada após a firma ou denominação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

78. Julgue os itens abaixo à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional.

- () A certidão positiva que indique a existência de um crédito tributário já vencido, mas submetido a parcelamento, tem os mesmos efeitos de uma certidão negativa.
- () As informações relativas às representações fiscais para fim penal são sigilosas, sendo vedada a sua divulgação ou publicização.

() Apenas pessoas jurídicas de direito público podem figurar como sujeitos ativos de obrigações tributárias.

() Os pais não podem ser solidariamente responsabilizados pelos tributos devidos por seus filhos menores.

Assinale a alternativa que reflete a ordem correta das afirmações

- a) F,F,F,F.
- b) V,V,V,V.
- c) V,F,V,F.
- d) f,v,f,v.

79. Assinale a alternativa CORRETA no que respeita à legislação tributária

- a) Somente a lei, como resultado do exercício do Poder Legislativo, pode estabelecer a definição do fato gerador da obrigação acessória.
- b) Os tratados e as convenções internacionais não revogam e nem modificam a legislação interna.
- c) Somente a lei pode estabelecer a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo de um tributo, por constituir majoração do tributo.
- d) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas no Código Tributário Nacional.

80. No que concerne à competência tributária assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.
- b) A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- c) A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- d) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

81. Sobre o regime jurídico dos impostos estaduais e municipais assinale a alternativa incorreta

- a) Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU;
- b) É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCD;
- c) A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação.
- d) O juízo do inventário, na modalidade de arrolamento sumário, não detém competência para apreciar pedido de reconhecimento da isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos), à luz do disposto no caput do artigo 179, do CTN.

82. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens abaixo:

- I** - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- II** - A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- III** - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- IV** - Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Estão corretas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) todas estão corretas

83. Acerca da repartição das receitas tributárias assinale a alternativa correta:

- a) Pertencem aos Municípios 30% da arrecadação do ITR relativo aos imóveis nele situados.
- b) Pertencem aos Estados e Municípios o produto da arrecadação do IRPF retido na fonte sobre renda e proventos pagos por eles, suas autarquias e fundações.
- c) Pertencem aos municípios 30% da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território.
- d) Pertencem aos Municípios 30% produto da arrecadação do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

DIREITO AMBIENTAL

Rodrigo Assumpção

84. Sobre a proteção e repartição de competências em matéria ambiental, é correto assinalar:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- b) O combate a qualquer forma de poluição é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Os entes federativos não poderão delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas.
- d) É competência exclusiva da União a competência para instituir taxa de fiscalização e controle do meio ambiente.

85. Sobre os princípios ambientais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio do usuário pagador estabelece que o poluidor deve responder pelos custos sociais da degradação ambiental causada em decorrência de sua atividade econômica.
- b) Se houver dúvida ou inexistir certeza científica acerca de potencial dano ambiental que poderá ser causado em decorrência de uma atividade, o princípio da prevenção impõe que o empreendedor comprove a inexistência de risco ao meio ambiente.
- c) O princípio da responsabilidade comum impõe a todas as nações a responsabilidade pelo controle da poluição, independentemente de sua contribuição para a destruição do meio ambiente.
- d) O princípio do protetor-recebedor estabelece que o poder público deve incentivar os protetores do meio ambiente através da criação de benefícios e premiações.

86. O órgão consultivo e deliberativo que possui a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, é denominado:

- a) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- b) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (IBAMA);
- c) Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- d) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

87. Em relação ao poder de polícia, ao licenciamento ambiental e aos estudos ambientais, é correto afirmar:

- a) Se uma determinada pessoa captura duas aves da fauna silvestre ameaçadas de extinção, constantes em lista federal, a competência para lavrar o respectivo auto de infração é do IBAMA, nada podendo fazer os agentes dos órgãos estaduais e municipais.

b) Compete ao IBAMA, originalmente, a expedição de licença ambiental para a execução de obras e empreendimentos que se localizam ou se desenvolvem em dois ou mais estados ou cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de um ou mais estados da federação.

c) A licença de instalação (LI) permite o início das atividades de acordo com o projeto aprovado, e não poderá ter validade superior a seis anos.

d) Caso não ocorra a audiência pública no procedimento de licenciamento ambiental, a eventual licença concedida será inválida.

88. Em relação às sanções administrativas ambientais, assinale a alternativa incorreta:

a) A dosimetria das sanções será norteadada pela extensão do dano causado ao meio ambiente.

b) A advertência é cabível no caso de qualquer infração administrativa, sem prejuízo das demais sanções cominadas.

c) A negligência ou o dolo são pressupostos para a aplicação da pena de multa.

d) A prática de infração administrativa ambiental poderá gerar a perda de incentivos e benefícios fiscais.

89. Analise as afirmativas a seguir:

I – A exploração das águas subterrâneas pelo particular deve ser autorizada pelo Poder Público, cobrada a devida contraprestação.

II – É vedado ao Poder Judiciário analisar o mérito do pedido de outorga de uso de água.

III – Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.

Está correto o que se afirma:

a) Na afirmativa I, apenas.

b) Na afirmativa II, apenas.

c) Na afirmativa III, apenas.

d) Nas afirmativas I e II, apenas.

90. Em relação à responsabilidade civil e criminal no âmbito ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Pública também poderá ser considerada poluidora direta ou indireta, se submetendo à responsabilidade civil objetiva em caso de ação ou omissão que cause degradação ambiental.
- b) Considerando as diretrizes da teoria da dupla imputação, o STF não admite a absolvição da pessoa física e a responsabilização penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais.
- c) Não se admite a responsabilidade penal por omissão nos crimes ambientais.
- d) As entidades e órgãos oficiais que concederem crédito para a instalação ou exercício de atividade que causar degradação ambiental poderão ser considerados poluidores indiretos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

91. De acordo com os recentes entendimentos do STJ, marque a assertiva incorreta:

- a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva por atividade naturalmente perigosa, irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva.
- b) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de 10 anos.
- c) É obrigatória a comprovação do envio da notificação da autuação e da imposição da penalidade de trânsito, bem como que sejam acompanhadas de aviso de recebimento.
- d) Na concorrência para a venda de bens imóveis, é vedada, à Administração Pública, a fixação de caução em valor diverso de 5%.

92. De acordo com os recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva incorreta

- a) É possível a anulação do ato de anistia pela Administração Pública, evidenciada a violação direta do art. 8º do ADCT, mesmo quando decorrido o prazo decadencial de 5 anos previsto na Lei nº 9.784/99.
- b) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data em que foi nomeado outro servidor no lugar do aprovado no certame.
- c) O espólio possui legitimidade passiva *ad causam* na ação de ressarcimento de remuneração indevidamente paga após a morte de ex-servidor e recebida por seus herdeiros.
- d) É possível a cassação de aposentadoria de servidor público pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão.

93. De acordo com os recentes entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva correta

- a) A readmissão na carreira da Magistratura não encontra amparo na Lei Orgânica da Magistratura Nacional nem na Constituição Federal de 1988.
- b) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, seja pela constatação de fraude, seja pela aferição do fenótipo ou por qualquer outro fundamento, dispensa o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.
- c) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar exige a exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- d) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

94. De acordo com o tema desapropriação, marque a alternativa incorreta:

- a) Se houver concordância, reduzida a termo, do expropriado, a decisão concessiva da imissão provisória na posse implicará a aquisição da propriedade pelo expropriante com o consequente registro da propriedade na matrícula do imóvel.
- b) O expropriado poderá levantar 100% (cem por cento) do depósito realizado pelo expropriante, no caso de haver a concordância por escrito.
- c) A concordância escrita do expropriado implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.
- d) A ação de desapropriação pode ser proposta durante as férias forenses, e não se interrompe pela superveniência destas.

95. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir:

- I - A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende do estatuto de sua criação ou autorização e das atividades por ela prestadas;
 - II - As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo Poder Público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.
 - III - A estabilidade especial do artigo 19 do ADCT não se estende aos empregados das fundações públicas de direito privado, aplicando-se tão somente aos servidores das pessoas jurídicas de direito público.
- a) Todos os itens estão errados;
 - b) todos os itens estão corretos;
 - c) os itens I e III estão errados;
 - d) apenas o item II está errado;

96. De acordo com os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal, marque a assertiva incorreta:

- a) A acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal.
- b) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais.
- c) É indevida a indenização por danos materiais a candidato aprovado em concurso público cuja nomeação tardia decorreu de decisão judicial.
- d) É possível ao STF fazer a revisão do mérito das decisões do CNJ.

97. Ainda sobre os recentes posicionamentos do STF sobre o Direito Administrativo, marque a assertiva incorreta:

- a) É inconstitucional o provimento de pessoas para exercerem a função de titular de serventias judiciais, com caráter privado após a CF/88
- b) Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.
- c) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- d) É constitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial, para fins de pagamento de débitos trabalhistas.

98. Sobre o tema pregão, marque a assertiva correta:

- a) É possível a utilização do pregão para alienações de bens e serviços comuns, usuais de mercado.
- b) no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor
- c) O maior lance pode ser tipo de licitação a ser adotado para julgar as propostas apresentadas pelos licitantes.
- d) O prazo de validade das propostas será de trinta dias, se outro não estiver fixado no edital.

99. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades que possam sofrer atos de improbidade, exceto:

- a) facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades que sofrem atos de improbidade
- b) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades que sofrem atos de improbidade, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- c) doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades que sofrem atos de improbidade, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

100. Sobre o poder de polícia, marque a assertiva incorreta:

- a) considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- b) o poder de polícia é fato gerador das taxas.
- c) o poder de polícia, como regra, tem como característica ser discricionário.
- d) o Poder de polícia pode ser delegado para particulares

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-PR-Juiz-12-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
